2021

RELATÓRIO TRIMESTRAL DE ATIVIDADES

1º TRIMESTRE

www.mpc.es.gov.br
27 3334-7600 ramal 5
@mpcespiritosanto
@mpcespiritosanto
@mpc_es

IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

Missão

Zelar pelo cumprimento da Constituição da República e da Constituição do Estado do Espírito Santo, especialmente no que se refere à fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado do Espírito Santo e de seus municípios.

Visão

Ser reconhecido como uma instituição capaz de promover efetivamente o controle externo da Administração Pública no Espírito Santo.

Valores

- Defesa da legalidade e dos princípios constitucionais da Administração Pública;
- Transparência;
- Autonomia;
- Independência;
- Honestidade;
- Respeito às pessoas e às instituições.

APRESENTAÇÃO

O presente relatório contém a resenha das atividades específicas do Ministério Público de Contas do Estado do Espírito Santo (MPC-ES) e dados sobre o andamento dos processos de execução dos acórdãos do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES), cujo monitoramento está entre as atribuições deste órgão ministerial, no 1º trimestre de 2021.

Este documento reúne as informações relativas ao período de 1º de janeiro a 31 de março de 2021, consolidadas pelo Núcleo de Comunicação do MPC-ES, a partir dos dados obtidos no sistema e-TCEES, encaminhados pela Secretaria do Ministério Público de Contas e pelas Procuradorias de Contas.

Este relatório foi elaborado com o MPC-ES funcionando exclusivamente por meio de trabalho remoto, em razão da pandemia da Covid-19. Nesse contexto, apresentamos aqui um breve resumo das atividades do MPC-ES nesses três primeiros meses de 2021.

Luis Henrique Anastácio da Silva
Procurador-Geral

SUMÁRIO

1- Atividades de Controle Externo 5

1.1- Sessões Plenárias 5

1.2- Pareceres..... 5

1.3- Recursos..... 6

2- Execução de Acórdãos..... 7

3- Atividades Administrativas..... 8

3.1- Gestão de pessoas..... 8

4- Anexos 9

Anexo I – Recursos 10

1. ATIVIDADES DE CONTROLE EXTERNO

1.1 SESSÕES PLENÁRIAS

Conforme determinação constante do inciso V, art. 3º, e do inciso II, art. 4º, ambos da Lei Complementar 451/2008, o Ministério Público de Contas fez-se presente na sessão extraordinária e nas sessões ordinárias realizadas nos três primeiros meses de 2021 pelo Plenário, 1ª Câmara e 2ª Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES), sendo representado pelos seus três procuradores – Luis Henrique Anastácio da Silva, Luciano Vieira e Heron Carlos Gomes de Oliveira – com participação consoante previsão na Portaria 001/2020 da Procuradoria-Geral de Contas.

Em razão do funcionamento do TCE-ES quase exclusivamente por meio de teletrabalho, as sessões ordinárias presencias continuaram sendo realizadas por meio de videoconferência no 1° trimestre. Os três colegiados também se reuniram semanalmente em sessões virtuais, nas quais os membros do MPC-ES têm participação obrigatória. Eles pediram vista de três processos submetidos a julgamento nos colegiados da Corte de Contas ao longo do 1° trimestre. As sessões estão detalhadas no quadro a seguir:

Quadro 1 – Sessões

Tipo de Sessão	2021 – 1º Trimestre		
	Plenário	1ª Câmara	2ª Câmara
Ordinária	14	14	14
Especial	-	-	-
Extraordinária	1	-	-
Administrativa	-	-	-
Total de sessões	**15**	**14**	**14**

1.2 PARECERES

No 1º trimestre de 2021, ingressaram 2.707 processos no Ministério Público de Contas e foram emitidos 1.374 pareceres. Os processos submetidos à

apreciação do Ministério Público de Contas foram distribuídos de maneira igualitária entre as Procuradorias, obedecidos os critérios de igualdade e vinculação, bem como o princípio do promotor natural.

1.3 RECURSOS

O Ministério Público de Contas tem legitimidade para recorrer das decisões do TCE-ES, podendo interpor os recursos e requerer as revisões previstas em lei, consoante disposto **no inciso III do Art. 3º da Lei Complementar nº 451/2008**.

Ao longo do 1º trimestre de 2021, foram interpostos 39 recursos pelo MPC-ES, conforme descrito no **Quadro 2** e detalhamento apresentado no **Anexo I.**

Quadro 2 – Recursos por Procuradoria

Tipo de Recurso	Primeira Procuradoria	Segunda Procuradoria	Terceira Procuradoria	Procuradoria-Geral	Total
Agravo	-	-	1	-	1
Embargos de declaração	1	8	-	-	9
Pedido de Reexame	-	7	1	-	8
Recurso de Reconsideração	-	13	8	-	21
Total	**1**	**28**	**10**	**-**	**39**

2. EXECUÇÃO DE ACÓRDÃOS

Conforme atribuição estabelecida no artigo 3º, inciso VII, da Lei Complementar 451/2008, o Ministério Público de Contas encaminha os títulos executivos emitidos pelo TCE-ES, por meio de ofício, a fim de que os órgãos competentes adotem as providências cabíveis para cobrança, judicial ou administrativa, de valores relativos às condenações sofridas na Corte de Contas.

No 1º Trimestre de 2021, foram cadastradas no sistema de execução 95 novas cobranças, a partir de acórdãos expedidos pelo Tribunal de Contas e encaminhados pelo MPC-ES à Procuradoria-Geral do Estado e às Procuradorias dos municípios. As atividades de monitoramento e acompanhamento da execução das cobranças são feitas pela Procuradoria-Geral do MPC-ES, em conjunto com a Secretaria do Ministério Público de Contas. Os dados sobre essas atividades estão no **Quadro 3**, abaixo:

Quadro 3 – Atividades de Monitoramento e Execução de Cobranças

Acompanhamento de execução	2021 – 1º Trimestre
Termos de atualização de valores a cobrar	86
Termos de verificação de valores pagos	33
Novas cobranças cadastradas no sistema de execução	95
Multas com recolhimento aos cofres públicos estaduais	R$ 54.713,33
Ressarcimentos com recolhimento aos cofres públicos	R$ 49.189,44
Total de multas e ressarcimentos recolhidos aos cofres públicos	R$ 103.902,77

3. ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

3.1 – GESTÃO DE PESSOAS

A estrutura operacional do Ministério Público de Contas contava, ao final do 1º trimestre de 2021, além dos três procuradores de Contas, com 24 servidores e quatro estagiários, assim distribuídos, conforme **Quadro 4**:

Quadro 4 – Distribuição de Pessoal no MPC-ES

Procuradoria	Cargo	Quantidade
Procuradoria-Geral	Chefe de Gabinete	1
	Assessor de Nível Superior	1
	Adjunto Operativo	1
	Estagiário Nível Superior	1
Secretaria do MPC	Secretário-geral	1
	Assessor de Controle Externo	6
1ª Procuradoria	Assessor de Nível Superior I	2
	Assessor de Nível Superior	1
2ª Procuradoria	Chefe de gabinete	2
	Assessor de Nível Superior I	2
	Assessor de Nível Superior	2
	Estagiário Nível Superior	1
3ª Procuradoria	Chefe de gabinete	1
	Assessor de Nível Superior I	2
	Assessor de Nível Superior	1
	Auditor de Controle Externo	1
	Estagiário Nível Superior	2

RELATÓRIO DE ATIVIDADES
1º Trimestre - 2021

ANEXOS

ANEXO I – Recursos

ANEXO I - RECURSOS

Primeira Procuradoria

- **Embargos de Declaração 469/2021** — interposto em 02/02/2021 contra Acórdão 1666/2020, no Processo 3627/2015. Jurisdicionado: Prefeitura de Muniz Freire.

Segunda Procuradoria

- **Recurso de Reconsideração 239/2021** — interposto em 12/01/2021 contra Acórdão 1177/2020, no Processo 8532/2019. Jurisdicionado: Câmara de Guarapari.

- **Pedido de Reexame 382/2021** — interposto em 26/01/2021 contra Acórdão 1312/2020, no Processo 2952/2015. Jurisdicionado: Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Espírito Santo.

- **Recurso de Reconsideração 390/2021** — interposto em 27/01/2021 contra Acórdão 1307/2020, no Processo 6997/2017. Jurisdicionado: Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Guarapari.

- **Pedido de Reexame 403/2021** — interposto em 28/01/2021 contra Acórdão 1449/2020, no Processo 4407/2013. Jurisdicionado: Câmara de Anchieta.

- **Recurso de Reconsideração 404/2021** — interposto em 28/01/2021 contra Parecer Prévio 114/2020, no Processo 3259/2018. Jurisdicionado: Prefeitura de Divino São Lourenço.

- **Embargos de Declaração 586/2021** — interposto em 03/02/2021 contra Acórdão 1660/2020, no Processo 3359/2020. Jurisdicionado: Câmara de Guaçuí.

- **Embargos de Declaração 587/2021** — interposto em 03/02/2021 contra Acórdão 1668/2020, no Processo 7495/2016. Jurisdicionado: Prefeitura de Ecoporanga.

- **Embargos de Declaração 588/2021** — interposto em 03/02/2021 contra Acórdão 1667/2020, no Processo 4584/2016. Jurisdicionado: Prefeitura de Marataízes.

- **Embargos de Declaração 628/2021** — interposto em 05/02/2021 contra Acórdão 1618/2020, no Processo 2836/2016. Jurisdicionado: Câmara de Vila Velha.

- **Embargos de Declaração 844/2021** — interposto em 19/02/2021 contra Acórdão 74/2021, no Processo 6141/2017. Jurisdicionado: Prefeitura de Itapemirim.

- **Embargos de Declaração 845/2021** — interposto em 19/02/2021 contra Acórdão 68/2021, no Processo 2297/2019. Jurisdicionado: Prefeitura de Itapemirim.

- **Embargos de Declaração 848/2021** — interposto em 19/02/2021 contra Acórdão 49/2021, no Processo 4687/2016. Jurisdicionado: Prefeitura de Itapemirim.

- **Recurso de Reconsideração 892/2021** — interposto em 23/02/2021 contra Parecer Prévio 109/2020, no Processo 8706/2019. Jurisdicionado: Prefeitura de São Domingos do Norte.

- **Pedido de Reexame 893/2021** — interposto em 23/02/2021 contra Acórdão 1671/2020, no Processo 9328/2017. Jurisdicionado: Prefeitura de Itapemirim.

- **Pedido de Reexame 894/2021** — interposto em 23/02/2021 contra Acórdão 75/2021, no Processo 2388/2018. Jurisdicionado: Prefeitura de Governador Lindenberg.

- **Recurso de Reconsideração 895/2021** — interposto em 23/02/2021 contra Acórdão 1319/2020, no Processo 7001/2017. Jurisdicionado: Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Santa Maria de Jetibá.

- **Pedido de Reexame 921/2021** — interposto em 24/02/2021 contra Acórdão 1591/2020, no Processo 3518/2020. Jurisdicionado: Prefeitura de Presidente Kennedy.

- **Pedido de Reexame 1006/2021** — interposto em 01/03/2021 contra Acórdão 1486/2020, no Processo 9080/2017. Jurisdicionado: Prefeitura da Serra e Secretaria Municipal de Obras da Serra.

- **Recurso de Reconsideração 1072/2021** — interposto em 03/03/2021 contra Parecer Prévio 132/2020, no Processo 8507/2019. Jurisdicionado: Prefeitura de Marataízes.

- **Recurso de Reconsideração 1074/2021** — interposto em 03/03/2021 contra Acórdão 1391/2020, no Processo 6989/2017. Jurisdicionado: Instituto de Previdência do Município de Cachoeiro de Itapemirim.

- **Recurso de Reconsideração 1185/2021** — interposto em 05/03/2021 contra Acórdão 1544/2020, no Processo 2445/2011. Jurisdicionado: Fundo Estadual de Saúde.

- **Recurso de Reconsideração 1237/2021** — interposto em 09/03/2021 contra Acórdão 1467/2020, no Processo 2756/2018. Jurisdicionado: Prefeitura de Anchieta.

- **Recurso de Reconsideração 1239/2021** — interposto em 10/03/2021 contra Acórdão 1437/2020, no Processo 6935/2017. Jurisdicionado: Instituto de Previdência dos Servidores do Município de São Gabriel da Palha.

- **Recurso de Reconsideração 1258/2021** — interposto em 11/03/2021 contra Acórdão 1663/2020, no Processo 3432/2017. Jurisdicionado: Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Domingos Martins.

- **Recurso de Reconsideração 1341/2021** — interposto em 19/03/2021 contra Parecer Prévio 126/2020, no Processo 8657/2019. Jurisdicionado: Prefeitura de Apiacá.

- **Embargos de Declaração 1411/2021** — interposto em 24/03/2021 contra Acórdão 260/2021, no Processo 10311/2016. Jurisdicionado: Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores de Jerônimo Monteiro.

- **Recurso de Reconsideração 1410/2021** — interposto em 24/03/2021 contra Acórdão 80/2021, no Processo 10305/2016. Jurisdicionado: Instituto de Previdência do Município de Cachoeiro de Itapemirim.

- **Pedido de Reexame 1530/2021** — interposto em 30/03/2021 contra Acórdão 1619/2020, no Processo 4451/2018. Jurisdicionado: Prefeitura da Serra e Secretaria Municipal de Obras da Serra.

Terceira Procuradoria

- **Recurso de Reconsideração 331/2021** — interposto em 19/01/2021 contra Parecer Prévio 91/2020, no Processo 5198/2017. Jurisdicionado: Prefeitura de Vila Velha.

- **Recurso de Reconsideração 332/2021** — interposto em 19/01/2021 contra Acórdão 1004/2020, no Processo 7062/2017. Jurisdicionado: Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Vitória.

- **Recurso de Reconsideração 841/2021** — interposto em 18/02/2021 contra Acórdão 1253/2020, no Processo 10301/2016. Jurisdicionado: Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Iconha.

- **Recurso de Reconsideração 909/2021** — interposto em 24/02/2021 contra Acórdão 1308/2020, no Processo 7002/2017. Jurisdicionado: Instituto de Previdência Social dos Servidores do Município de São José do Calçado.

- **Recurso de Reconsideração 1077/2021** — interposto em 03/03/2021 contra Acórdão 1457/2020, no Processo 3433/2017. Jurisdicionado: Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Viana.

- **Pedido de Reexame 1235/2021** — interposto em 09/03/2021 contra Acórdão 1481/2020, no Processo 2351/2020. Jurisdicionado: Secretaria de Estado da Justiça.

- **Recurso de Reconsideração 1310/2021** — interposto em 16/03/2021 contra Parecer Prévio 122/2020, no Processo 3274/2018. Jurisdicionado: Prefeitura de Marechal Floriano.

- **Agravo 1309/2021** — interposto em 16/03/2021 contra Decisão 306/2021, no Processo 8382/2015. Jurisdicionado: Prefeitura de Aracruz.

- **Recurso de Reconsideração 1327/2021** — interposto em 18/03/2021 contra Acórdão 1593/2020, no Processo 3213/2015. Jurisdicionado: Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Fundão.

- **Recurso de Reconsideração 1511/2021** — interposto em 29/03/2021 contra Acórdão 1637/2020, no Processo 4033/2015. Jurisdicionado: Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Cariacica.